



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570735 - SP (2020/0080056-4)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CARLOS EDUARDO AFONSO RODRIGUES - SP226902  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIEL JOSE DO NASCIMENTO (PRESO)  
**CORRÉU** : ALISON ELDER SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **DANIEL JOSE DO NASCIMENTO**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pelo pretense delito de receptação qualificada. Na audiência de custódia, a prisão foi substituída por medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ, fls. 162-165). Na ocasião do recebimento da denúncia, houve a decretação da prisão preventiva do ora paciente, em razão do não cumprimento das medidas cautelares aplicadas anteriormente (e-STJ, fls. 241-243).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* alegando a ausência dos pressupostos autorizadores da segregação cautelar, que restou denegado em 28/3/2020 (e-STJ, fl. 379). A defesa também formulou pedido de revogação da prisão ao juízo de primeiro grau, que foi indeferido (e-STJ, fl. 370). Dessa decisão, impetrou novo *writ*, sustentando a ilegalidade da prisão e necessidade de soltura do ora paciente, sobretudo em decorrência da pandemia pelo COVID-19. Em plantão judicial, a liminar foi deferida pelo Desembargador do TJSP (e-STJ, fls. 390-393). No entanto, o relator originário, monocraticamente, revogou a liminar concedida, sobretudo em decorrência do julgamento final do *habeas corpus* anteriormente impetrado, confirmando a necessidade da custódia cautelar (e-STJ, fls. 394-397). Daí o presente *writ*.

A impetrante renova a pretensão, afirmando a necessidade de revogação da prisão preventiva, sobretudo em razão do risco de vida em caso de infecção pelo COVID-19.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva.

#### É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante**

**ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

**1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.**

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

A propósito, a decisão recorrida apresenta suficiente fundamentação em sede de liminar. Confira-se:

"No Plantão Judicial, aplicado pela suspensão do atendimento forense pelo Coronavírus-19, foi concedida a medida liminar, com imposições de restrições, mas com expedição imediata de alvará de soltura (fls.365/368).

Revoga-se a liminar concedida.

Em anterior decisão liminar em outro Habeas Corpus (HC n° 2026116-96.2020.8.26.0000, com julgamento virtual já iniciado, foi indeferida a soltura do Paciente, mostrando a regularidade da custódia cautelar pela necessária decretação da prisão preventiva. Por este motivo, então, a soltura não tem cabimento. A situação fática de necessidade processual da prisão não se alterou, e a pandemia agora existente não justifica também a soltura, pois: 1. a anterior decisão monocrática, lançada na Tutela Provisória Incidental na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n° 347-DF, foi já revogada pelo Plenário daquela Corte em 18.03.2020;2. o Conselho Nacional de Justiça não tem mínima atribuição jurisdicional de impor comando decisório, sabido que seus atos - na grande maioria das vezes - que pretendem vincular a atuação dos

juízes extrapolam seus limites de atuação, nem mesmo sob rubrica de “recomendação”, eufemismo que sugere temor reverencial inadequado que nunca pode suplantar a lei e a livre convicção do juiz. 3. a decisão aqui combatida bem afirmou que a situação do Paciente não foi demonstrada, de maneira inequívoca, como dentro das situações de risco sugeridas pelo Órgão Administrativo da Justiça (fls. 362).

Ante o exposto, revoga-se a decisão de fls. 365/368." (e-STJ, fls. 397-398)

Finalmente, registro que o Supremo Tribunal Federal, pela voz do ilustre Ministro MARCO AURELIO, em decisão recentíssima, conclamou os Juízes a atender pleitos como o presente. Ocorre que o Pleno do STF não chancelou tal orientação. Como se pode ler no próprio sítio eletrônico da Corte (<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697&ori=1>), acerca de pedido do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) para prevenir a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo, onde se pleiteara, entre outras coisas, o livramento de presos de mais de 60 anos, e a autorização para que aqueles com HIV, tuberculose, câncer, diabetes e doenças respiratórias, cardíacas e imunodepressoras cumpram prisão domiciliar:

"Em decisão assinada na terça-feira (17), o ministro Marco Aurélio, relator da ação, negou seguimento ao pedido sob o entendimento de que, do ponto de vista formal, o IDDD não é parte legítima (...). Entretanto, o ministro decidiu, de ofício (iniciativa própria), conclamar os juízes de Execução Penal a adotarem junto à população carcerária procedimentos preventivos do Ministério da Saúde para evitar o avanço da doença dentro dos presídios. Essa decisão foi levada a referendo do Plenário na sessão de hoje (18).

Por unanimidade, os ministros acompanharam o entendimento do relator sobre a ilegitimidade de amicus curiae para requerer medida cautelar. Porém, **divergiram quanto a recomendação aos juízes de execução penal**. O ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, destacou que, para evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões, o CNJ **recomendou a análise de situações de risco caso a caso**. A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, e Dias Toffoli. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator na concessão de ofício das sugestões."

(Grifou-se).

No caso dos autos, portanto, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator